

534



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331447-2

APELANTE: Norma Ilka Peixe

Advogada: Dra. Maria Karla Araújo Portella

APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora: Dra. Adriana Gondim Michellis

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: INFORTUNÍSTICA. AUXÍLIO-ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. CONFIGURAÇÃO. DÉFICIT DA CAPACIDADE LABORAL. DEMONSTRAÇÃO. BENEFÍCIO DEVIDO. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1 - Apesar de o laudo ter negado a incapacidade laboral, entendo que o nexo etiológico se encontra comprovado pela emissão da CAT juntado às fls. 49, onde consta que a autora sofreu o "acidente" apontado.

2 - Quanto à caracterização do nexo causal, é um princípio consagrado em infortunistica que, havendo dúvidas, deve ser resolvida em favor do acidentado. Considero, portanto, configurado o nexo etiológico e a incapacidade laborativa parcial da trabalhadora. E, comprovado o nexo causal entre a doença profissional e a atividade exercida pelo obreiro, com redução de sua capacidade laborativa, é devido o auxílio perseguido. Nesta esteira, é a jurisprudência desta Corte de Justiça.

3 - Recurso de apelação provido.

4 - Decisão por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de apelação Cível nº 0331447-2, em que figura como apelante Norma Ilka Peixe e como apelado INSS. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito

535

Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão do dia 29/05/2014, por unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para dar provimento ao recurso de apelação, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 03/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator



517
①

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331447-2

APELANTE: Norma Ilka Peixe

Advogada: Dra. Maria Karla Araújo Portella

APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora: Dra. Adriana Gondim Michellis

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença que, nos autos da Ação Acidentária, julgou improcedente o pedido formulado na petição inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.

O apelante interpôs o presente recurso, alegando – resumidamente – em suas razões, que descobriu que é portadora de LER/DORT em razão da atividade desenvolvida junto a instituições bancárias. Acrescenta que o nexo de causalidade entre as doenças de que é portadora e o exercício do seu trabalho, já foi reconhecido pelo INSS, quando concedeu o auxílio-doença acidentário, espécie 91.

Anota que uma vez instalada a divergência pericial, há de decidir pela admissão do laudo mais favorável. Verifica-se que a ocorrência da sua incapacidade para o labor foi determinada e desencadeada por esforço físico considerável no seu trabalho, como também, de esforços repetitivos, após o desenvolvimento das doenças apontadas nos laudos médicos. Dessa forma, a sequela já se encontra instalada, apresentando-se como crônica, tornando-a incapaz para o exercício de suas atividades.

Nas contrarrazões apresentadas, busca o apelado, a manutenção da sentença recorrida, sob o argumento de que não se vislumbra nos autos prova capaz de corroborar as alegações da parte recorrente, vez que não restaram preenchidos os requisitos para a concessão do auxílio doença acidentário ou da aposentadoria por invalidez acidentária e/ou do benefício auxílio-acidente. Assevera que o laudo do perito do juízo concluiu motivadamente pela inexistência de incapacidade laborativa da recorrente ou de limitação dessa capacidade.

Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pelo não provimento do recurso de apelação, mantendo-se em todos os seus termos a sentença recorrida.

É o relatório.

Inclua-se em Pauta.

Recife, 25/04/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator



525
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331447-2

APELANTE: Norma Ilka Peixe

Advogada: Dra. Maria Karla Araújo Portella

APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora: Dra. Adriana Gondim Michellis

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do apelante reside contra sentença que, nos autos da Ação Acidentária, julgou improcedente o pedido formulado na petição inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.

A hipótese de concessão do auxílio-acidente é prevista no art. 86 da Lei 8.213/91, modificado pela Lei nº 9.528/97, sendo que preceitua o seguinte:

"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza resultar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Deduz-se da transcrição acima, que se faz imprescindível para concessão do auxílio-acidente a comprovação da deficiência portada pelo postulante e que haja comprovação de que a enfermidade interfira na capacidade laborativa do segurado, gerando sua redução ou perda.

A profissão da apelante é de Bancária, e foi admitida no Bandepe em 01.02.1982, conforme registro na CTPS. Posteriormente, foi admitida no Banco ABN AMRO REAL S/A. Ocorre que, em razão da autora trabalhar constantemente no computador, com trabalho manual, com mobília inadequada, forçando a postura por boa parte do período do dia, ano após ano, adquiriu LER/DORT ao longo dos anos de trabalho na Empresa, agravando-se durante o ano de 2008.

Apesar de o laudo ter negado a incapacidade laboral, entendo que o nexo etiológico se encontra comprovado pela emissão da CAT nº 2008.286.616-3/01, juntado às fls. 49 onde consta que a autora sofreu o "acidente" apontado.

Quanto à caracterização do nexo causal, é um princípio consagrado em infortunística que, havendo dúvidas deve ser resolvida em favor do acidentado.

Considero, portanto, configurado o nexo etiológico e a incapacidade laborativa parcial da trabalhadora. E, comprovado o nexo causal entre a doença profissional e a atividade exercida pela obreira, com redução de sua capacidade laborativa, é devido o auxílio-perseguido. Nesta esteira, é a jurisprudência desta Corte de Justiça. Veja-se:

"PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. LABOR EM AMBIENTE RUIDOSO. REDUÇÃO DA ACUIDADE AUDITIVA ATESTADA PERICIALMENTE. COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE A DOENÇA PROFISSIONAL E A ATIVIDADE EXERCIDA PELO OBREIRO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. AUXÍLIO-ACIDENTE DEVIDO. MARCO INICIAL DA BENESSE. A PARTIR DO DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS ATRASADAS. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI 8.213/91 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO VÁLIDA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - Constatado pela prova técnica que o autor sofre de perda auditiva neurossensorial originária do exercício de sua função profissional, havendo redução de sua capacidade laborativa, há de ser concedido o auxílio-acidente pleiteado diante do preenchimento dos requisitos exigidos no caput e no § 4º do art. 86 da Lei 8.213/91 e em recente orientação jurisprudencial da 3ª Seção do STJ. 2 - O auxílio-acidente é devido a partir do momento em que cessou o auxílio-doença, na forma do § 2º do art. 86 da Lei 8213/91. Precedentes do STJ. 3 - A orientação jurisprudencial do STJ firmou-se no sentido que as prestações previdenciárias atrasadas devam ser calculadas individualmente e com base no referido salário, devidamente atualizado com aplicação dos índices, períodos e critérios previstos na Lei nº 8.213/91 com suas alterações posteriores (Lei nº 8.542/92, Lei nº 8.880/94 e Lei nº 9.711/98), não se tomando por base o valor da prestação mais recente. 4 - Nas ações

527
✓

previdenciárias os juros de mora são devidos a partir da citação válida. Incidência da Súmula 204/STJ. 5 - Provimento parcial do reexame necessário, prejudicado o voluntário. 6 - Decisão unânime".

Assim, em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso de apelação, reformando a sentença, para que seja determinado ao INSS que conceda em favor da apelante, o benefício perseguido, nos termos do pedido formulado na petição inicial.

Inverso o ônus demonstrar
É como voto.

Recife, 08/04/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

530
8



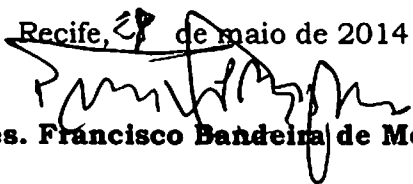
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº.: 0331447-2
APELANTE: Norma Ilka Peixe
APELADO: INSS
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO-VISTA

No caso vertente, tenho que os *Atestados de Saúde Ocupacional* acostados pela apelante e emitidos pelo Banco Santander após a prolação da sentença de improcedência, dando notícia da *inaptidão* da apelante para o retorno às atividades laborais, merecem prevalência sobre o opinativo exarado pela Perícia do Juízo.

Por isso, peço licença para acompanhar a maioria já formada, votando pelo provimento do apelo.

Recife, 29 de maio de 2014

Des. Francisco Bandeira de Mello